

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - Eletropar**(COMPANHIA ABERTA)**
CNPJ 01.104.937/0001-70**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019***(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)***NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar ("Eletropar" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, foi criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da Light – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo e em outras sociedades.

Nessa condição, a Eletropar participa no capital social da EDP - Energias do Brasil S.A., da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e da Light – Light S.A., todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, e também, da Eletronet S.A. – Eletronet, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

A ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto nº 1.836, de 14 de março de 1996. Porém, em 26 de fevereiro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União, a resolução número 109, de 19 de fevereiro de 2020, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI, recomendando a exclusão da Eletrobrás Participações S.A. – ELETROPAR do Programa Nacional de Desestatização – PND.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Financeiras em 27 de março de 2020.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, considerando as alterações introduzidas pelo novo pronunciamento técnico CPC 06 (R2), equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

2.1.1 – Reapresentação dos saldos comparativos

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os saldos comparativos dessas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas, para o seu aprimoramento, decorrentes dos seguintes assuntos:

a) Caixa e equivalente de caixa

Reclassificação dos investimentos em cotas de fundos de investimentos da rubrica “caixa e equivalentes de caixa” para “títulos e valores mobiliários” no montante de R\$ 12.894, com objetivo de alinhamento com as práticas contábeis do Grupo Eletrobras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (em milhares de Reais)

	31/12/2018		31/12/2018
ATIVO	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
ATIVO			
Caixa e Equivalentes Caixa	12.931 (a)	(12.894)	37
Títulos de Valores Mobiliários	91.788 (a)	12.894	104.682
Ativos não impactados	124.719	-	124.719
TOTAL DO ATIVO	229.438	-	229.438
PASSIVO			
Passivos não impactados	42.006		42.006
TOTAL DO PASSIVO	42.006	-	42.006
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Itens não impactados	187.432		187.432
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	187.432		187.432
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	229.438	-	229.438

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(em milhares de reais)

	31/12/2018 Originalmente apresentado	Ajuste	31/12/2018 Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	13.176	-	13.176
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:			
Equivalência Patrimonial	(15.467)		(15.467)
Itens não impactados	2.603	-	2.603
Sub total	312	-	312
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Itens não impactados	1.697	-	1.697
Títulos de Valores Mobiliários	4.053 (a)	(11.063)	(7.010)
	5.750	(11.063)	(5.313)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Itens não impactados	4.868	-	4.868
	4.868	-	4.868
Dividendos recebidos	16.136	-	16.136
	-	-	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais	27.066 (a)	(11.063)	16.003
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
Pagamento de dividendos	(87.381)	-	(87.381)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(87.381)	-	(87.381)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-	-
(Aquisição)/Alienação Investimentos	71.378	-	71.378
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	71.378	-	71.378
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	11.063 (a)	(11.063)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.868 (a)	(1.831)	37
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	12.931 (a)	(12.894)	37
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	11.063 (a)	(11.063)	-

2.2. Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantido para venda", caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Remuneração dos investimentos

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

2.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Direitos de Uso de Software 5 anos
Móveis, utensílios e equipamentos 3-8 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando da identificação de variações significativas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é calculado com base nas Leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

2.8. Capital Social

O valor das ações ordinárias é classificado no patrimônio líquido.

2.9. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.10. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser

mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.10.1. Receita Financeira

A receita financeira representa os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (aplicação obrigatória definida em Lei).

2.11. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

2.12. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

2.13. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Eletropar ou não são aplicáveis às suas operações:

- Definição de um negócio (emendas ao IFRS 3 – Combinação de negócios) – em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020;
- Definição de materialidade (emendas ao IAS 1 e IAS 8) – em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020; e
- Alteração de estrutura conceitual – em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020.

2.14. Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia aplicou alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. O impacto da adoção de novas normas e interpretações, bem como as novas políticas contábeis são divulgadas a seguir:

a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Leases (Arrendamentos)

A Companhia aplicou, em 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Leases (Arrendamentos), que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros até então aplicada de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17.

A Companhia avaliou os requerimentos da norma e não identificou impacto quando da sua adoção em 1º de janeiro de 2019.

b) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Companhia: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. A Companhia avaliou os requerimentos da norma e não identificou impacto quando da sua adoção em 1º de janeiro de 2019.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, instituições financeiras de primeira linha e que apresentam boas taxas de avaliação de *rating*.

III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil e Caixa Econômica são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

a) Risco de Taxa de Juros - A rentabilidade do fundo pode ser impactada em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo FUNDO, ocasionadas pela variação das taxas de juros praticadas no mercado.

b) Risco de Descasamento - A performance do fundo pode não refletir integralmente a performance do benchmark, visto que a implementação do objetivo de investimento do Fundo está sujeita a uma série de limitações. Ademais, o risco de não aderência ao benchmark pode ser incrementado em função da maior flexibilização na gestão da Carteira do FUNDO.

c) Risco de vinculação a um benchmark - O benchmark do FUNDO pode ter resultados negativos, implicando em perdas para o FUNDO.

d) Risco de juros pós-fixados (CDI, TMS) - os preços dos ativos podem variar em virtude dos spreads praticados nos ativos indexados ao CDI ou à TMS.

e) Risco de Liquidez - Consiste no risco de o FUNDO, mesmo em situação de estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem na falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos financeiros integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado. Além disso, para todos os fundos que tenham despesas, o risco de liquidez compreende também a dificuldade em honrar seus compromissos. A falta de liquidez pode provocar a venda de ativos com descontos superiores àqueles observados em mercados líquidos.

f) Risco de Conjuntura - Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países.

g) Risco Sistemico - Possibilidade de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do SFN.

h) Risco Regulatório - a eventual interferência de órgãos reguladores no mercado como o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, podem impactar os preços dos ativos ou os resultados das posições assumidas.

Análise de sensibilidade

	Cenário base 6,07%	Cenário Provável 4,50%	Cenário Remoto 5,18%	Cenário Possível 3,83%
Rendimento das Aplicações Financeiras	5.822	4.317	4.965	3.670

Para análise de sensibilidade, foi considerado como cenário provável a média da taxa Selic atual de 4,50% e a projeção das Empresas Eletrobras de taxa 4,50% a.a., sobre o montante previsto de aplicação nos fundos, sendo considerado como cenário remoto e provável a variação de 15% para cima e para baixo, respectivamente.

IV – Risco de crédito das operações com a Eletronet

A Eletronet tem pago, dentro do prazo de vencimento, desde fevereiro de 2019, a remuneração referente ao direito de uso das fibras ópticas. Porém, considerando a situação financeira atual da Eletronet, bem como o parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional no relatório dos seus auditores independentes, a Eletropar reconheceu nas suas demonstrações financeiras de 2019 provisão quanto a totalidade dos créditos vencidos e a vencer registrados contra a Eletronet.

3.2. Gestão de Capital

A Eletrobras, cuja participação no capital social da Eletropar é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJM ORA			
Investimentos	60.051	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado – VJM R:			
Aplicações financeiras	-	87.140	-
	60.051	87.140	-

	31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJM ORA			
Investimentos	36.408	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado – VJM R:			
Aplicações financeiras	-	104.682	-
	36.408	104.682	-

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	31/12/2019			
	Custo amortizado – CA	Valor Justo por Meio de Resultado – VJM R	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJM ORA	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:				
Investimentos	-	-	60.051	60.051
Aplicações financeiras	-	87.140	-	87.140
Contas a Receber com Partes Relacionadas	-	-	-	-
Remuneração dos Investimentos	1.407	-	-	1.407
Outros Créditos	82	-	-	82
	1.489	87.140	60.051	148.680

31/12/2018				
	Custo amortizado – CA	Valor Justo por Meio de Resultado – VJM R	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJM ORA	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:				
Investimentos	-	-	36.408	36.408
Aplicações financeiras	-	104.682	-	104.682
Contas a Receber com Partes Relacionadas	-	-	-	-
Remuneração dos Investimentos	1.550	-	-	1.550
Outros Créditos	3	-	-	3
	1.553	104.682	36.408	142.643

31/12/2019		
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos conforme Balanço Patrimonial:		
Contas a pagar com Partes Relacionadas	42.911	42.911
Contas a pagar - Outros	288	288
	43.199	43.199

31/12/2018		
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Passivos conforme Balanço Patrimonial:		
Remuneração aos Acionistas	3.129	3.129
Contas a pagar com Partes Relacionadas	31.886	31.886
Contas a pagar - Outros	152	152
	35.167	35.167

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia. Para efeito deste relatório, não foram considerados como caixa e equivalentes de caixa nenhuma aplicação de liquidez imediata.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	31/12/2019	31/12/2018
		Ajustada
Caixa e Bancos	23	37

NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado FAE, FAE2 e Extra VI IRFM 1, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Os rendimentos financeiros até dezembro de 2019 são de R\$5.822 mil.

Os fundos são administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal e são lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo.

	Indexador	Agente Financeiro	Saldo em 31/12/2019
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	69.095
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	18.045
			87.140

	Indexador	Agente Financeiro	Saldo em 31/12/2018
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	95.197
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	9.485
			104.682

NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	31/12/2019	31/12/2018
EDP – Energias do Brasil	627	1.165
CTEEP	604	-
EMAE	177	385
	1.408	1.550

NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

A Eletronet S.A. ("Eletronet") foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas pertencente a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil ("CGT Eletrosul"), atual denominação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF") e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte", que, quando citadas em conjunto, são denominadas simplesmente de "Cedentes"), companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") por meio de Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Eletropar e as Cedentes ("Contrato de Cessão de Direito de Uso") e de Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas celebrado entre Eletronet e Eletropar (sob a antiga denominação de Light Participações S.A.) em 22 de agosto de 1999, tendo como prazo de vigência 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração ("Contrato de Constituição do Direito de Acesso").

A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios, inviabilizaram sua continuidade, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de autofalência pela Eletronet. Mantendo-se a Eletronet em situação falimentar até o dia 18 de dezembro de 2015.

Foi realizada em 15 de dezembro de 2015 a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet.

Além do acordo de credores, a Eletropar, LT Bandeirante Empreendimentos Ltda e a Eletrobras assinaram o "Memorando de Entendimentos", datado de 27 de novembro de 2015, onde foram definidas as condições para o encerramento da Falência da Eletronet e as obrigações das partes, bem como as condições para celebração de aditivos aos contratos.

Com base nos valores definidos pelo "Memorando de Entendimentos", a Eletropar celebrou, em caráter preliminar, uma vez que os aditivos aos contratos ainda não foram celebrados com a Eletronet, o Contrato de Confissão de Dívida – CCD, referente ao período de cobrança de janeiro de 2016 a dezembro de 2017, e os pagamentos das parcelas vem sendo, mensalmente, realizados nos vencimentos, desde fevereiro de 2018. Porém, com o agravamento da crise financeira da Eletronet, em função do atraso na renovação dos contratos, as parcelas 9ª a 18ª encontram-se em aberto, estando em negociação a forma de quitação dos valores em atraso.

Considerando que os contratos não foram aditados até dezembro de 2019, e que os valores definidos no contrato de confissão de dívida – CCD estão com base no valor do “Memorando de Entendimentos”, a Companhia entende que a melhor estimativa no momento, é o reconhecimento da obrigação a favor das Cedentes pelo valor estabelecido no “Memorando de Entendimentos”.

Quanto aos valores mensais apurados do direito de passagem (ROW), estão em atraso os meses de outubro de 2018 a janeiro de 2019.

Segue a composição das contas a receber Eletronet:

	31/12/2019	31/12/2018
Apuração ROW out/18 a jan/19 e dez/19 (I)	3.760	2.187
Contrato Confissão de dívida – CCD (II)	12.569	11.871
Prov. de perda ROW out/18 a jan/19 e set/19 (I)	(3.760)	(2.187)
Prov. de perda para os recebíveis CCD (II)	(12.569)	(11.871)
	-	-

Segue a composição do contas a pagar Cedentes:

	31/12/2019	31/12/2018
Apuração ROW Jan/18 a dez/19 (I)	18.832	9.356
Contrato Confissão de dívida – CCD (II)	21.624	20.921
Atualização aplicação	917	263
	41.373	30.540
Passivo Circulante	18.044	9.483
Passivo Não Circulante	23.329	21.057

Segue a composição da despesa com provisão relativa às contas a receber Eletronet e contas a pagar Cedentes:

	31/12/2019	31/12/2018
Constituição/(Reversão) de Prov. de perda para os recebíveis CCD - PCLD	699	4.012
Constituição/ (Reversão) do Complemento CCD – Contas a pagar Cedentes (II)	-	(5.104)
Despesas Complemento ROW (I)	-	3.199
Reversão Complemento ROW (I)	-	(1.699)
Constituição PCLD – ROW 2018/2019	1.573	2.187
	2.272	2.595

Relativamente ao contrato ECE – 1165/99, celebrado entre a Eletropar e a Eletronet, e ao contrato ECE 1166/99, celebrado entre a Eletropar e as empresas Cedentes, a prorrogação destes foi aprovada no Comitê Diretor das Cedentes, composto por Diretores da ELETROPAR, ELETROBRAS, FURNAS, CHESF, ELETRONORTE e CGT ELETROSUL, através dos Aditivo nº3 do 1165/99 e Aditivo nº8 do 1166/99, por três meses, renováveis por igual período, portanto até o dia 20 de fevereiro de 2020.

Esta nota deve ser lida em conjunto com a nota explicativa de nº11.

I – Memorando de Entendimentos (MOU) X Contrato de Cessão do Direito de Uso e Contrato de Constituição de Direito de Acesso

Em 27 de novembro de 2015, foi celebrado o memorando de entendimento (MoU), assinado entre a Eletrobras, Eletropar, gestora das operações entre a Eletronet e Empresas Cedentes do Grupo Eletrobras, e LT Bandeirante (acionista majoritária da Eletronet), o qual estabeleceu o direito de receber da Eletronet, e o dever de repassar integralmente às Cedentes Chesf, Eletronorte, CGT Eletrosul e Furnas, o montante de R\$ 15 milhões, em 3 parcelas anuais, desde que sejam celebrados termos aditivos aos contratos ECE – 1166/99 e ECE – 1165/99, observadas as seguintes condições: (i) remuneração do direito de uso cedido por cada par de fibra ótica/km; (ii) direito de preferência da Eletronet para o uso das fibras restantes disponibilizadas pelas Cedentes à Eletropar; (iii) em qualquer hipótese, o pagamento da remuneração do direito de uso abrangerá somente o quilômetro por par de fibra efetivamente em uso; (iv) a Eletronet concederá à Eletropar e, subsequentemente, a Eletropar concederá às Cedentes o direito de uso sobre as fibras óticas de propriedade da Eletronet, excetuando-se aquelas atualmente usadas.

Desde janeiro de 2018, a Eletronet vem apurando os valores do direito de passagem e repassando esses valores para a Eletropar até o dia 25 do mês subsequente. As Cedentes não aceitam receber esses valores enquanto não se encerrarem as negociações do aditivo contratual.

Tendo em vista que as negociações dos aditivos contratuais não foram concluídas até 31 de dezembro de 2019, o entendimento da Companhia de que a melhor estimativa de mensuração para o contas a receber da Eletronet e o contas a pagar às Cedentes, deve ser mensurado pelo valor do “Memorando de Entendimentos”, está mantido até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras. Destaca-se que os valores recebidos da Eletronet estão aplicados em Fundo Extramercado na Caixa Econômica Federal.

Segue abaixo, composição dos valores recebidos até 31/12/2019.

	31/12/2019
Apuração ROW - Eletronet	17.332
Valores recebidos até 31/12/2019	(13.572)
Saldo a receber*	3.760

*Montante com 100% de provisão para perda.

Segue abertura do contas a pagar às cedentes, referentes ao período de 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019, considerando os valores reconhecidos pela

Eletronet, no montante de R\$ 17.332, acrescido do complemento do ROW, no montante de R\$ 1.501.

	31/12/2019
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5.891
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	4.525
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	2.631
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil	5.785
TOTAL	18.832

II – Instrumento Particular de Confissão de Dívida

No dia 19 de fevereiro de 2018 foi celebrado entre a Eletronet e a Eletropar instrumento particular de confissão de dívida. Este instrumento formalizou, provisoriamente, o entendimento entre a Eletropar e a Eletronet sobre os valores a serem reconhecidos.

Considerando a essência da operação, os contratos celebrados e a atuação da Eletropar como gestora dos interesses entre a Eletronet e as empresas Cedentes do Grupo Eletrobras, os passivos referentes a remuneração do direito de uso, estabelecido no memorando de entendimentos foram, da mesma forma, reconhecidos.

A Administração analisando o fluxo de caixa da Eletronet, sua situação financeira, patrimônio líquido negativo, risco de continuidade operacional e tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro, constituiu provisão de créditos de liquidação duvidosa sobre a totalidade da dívida.

Segue abaixo, composição dos direitos e obrigações com a Eletronet e as Empresas Cedentes, referentes ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida.

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber – Eletronet	12.569	11.871
Provisão de perda para os recebíveis	(12.569)	(11.871)
	-	-
Ativo Circulante	-	-

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a pagar – Cedentes	16.126	15.423
Complemento das contas a pagar pela exigibilidade das cedentes	5.498	10.602
Reversão do Complemento das contas a pagar	-	(5.104)
	21.624	20.921
Passivo Circulante	3.555	3.646
Passivo Não Circulante	18.069	17.275

	Abertura Saldos a Pagar Cedentes, Partes Relacionadas	
	31/12/2019	31/12/2018
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.790	6.579
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	5.165	4.938
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	3.113	3.037
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil	6.556	6.367
TOTAL	21.624	20.921

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF sobre aplicações financeiras	2.132	944
IRPJ – exercícios anteriores	54	52
CSLL – exercícios anteriores	7	7
COFINS/PIS	24	24
	2.217	1.027

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da Eletropar em 31 de dezembro de 2019 está distribuída da seguinte forma:

I – Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	31/12/2019	31/12/2018			
Energias do Brasil ¹	41.823	27.914	ON	1.892.432	0,31
Light ²	18.228	8.494	ON	767.234	0,26
	60.051	36.408			

¹EDP Energias do Brasil S.A. – Energias do Brasil

²Light S.A. – Light

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9, esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Em 15 de julho de 2019, foram adquiridas 252.434 ações ordinárias da Light S.A. no valor total de R\$4.733 ao preço médio de R\$18,75. Esta aquisição não importou variação no percentual de participação no capital social da investida.

II –Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A Eletropar detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da Eletropar, a Eletrobras, possuir participação nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	4.339.188	0,658
EMAE	PN	523.911	1,420
Eletronet	PN	149.999.510	49,000

Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2018	73.369	12.337	85.706
Ajuste Política Contábil RBSE	(10.072)	-	(10.072)
Equivalência	10.772	1.314	12.086
Participação Societária	700	1.314	2.014
JCP/Dividendos	(6.554)	(201)	(6.755)
Outros Result. Atrag. - ORA	(276)	805	529
Saldo em 31/12/2019	67.239	14.255	81.494
	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2017	65.259	11.641	76.900
Ajuste PL	1.628	-	1.628
Equivalência	12.397	1.442	13.839
Participação Societária	14.025	1.442	15.467
JCP/Dividendos	(13.632)	(420)	(14.052)
Adoção inicial CPC 47/IFRS 15	7.235	-	7.235
e Ajuste Política Contábil			
Outros Result. Atrag. - ORA	482	(326)	156
Saldo em 31/12/2018	73.369	12.337	85.706

Seguindo a orientação da acionista controladora, a Companhia efetuou ajustes no valor do seu investimento na CTEEP, a fim de padronizar as políticas contábeis dessa empresa com a adotada pela Eletropar para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento

de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

No 4º trimestre de 2019, em virtude da cassação da tutela antecipada no qual impedia o pagamento da parcela de remuneração dos ativos referentes à RBSE, em dezembro de 2019, a Eletrobras alterou sua estimativa contábil de mensuração ao valor justo de seus ativos da RBSE, desta forma, houve necessidade de reapurar o investimento da CTEEP considerando as novas premissas da Eletrobras. O resultado desta nova mensuração não apresentou diferença significativa entre os ativos. As novas premissas utilizadas pela Eletrobras seguem abaixo:

- Atualização da parcela remuneração “Ke” pelo WACC regulatório da transmissão e IPCA até a data de mensuração;
- Alteração da taxa de desconto para uma taxa próxima a taxa de remuneração regulatória – WACC– 6,64%; e
- Prazo do “Ke”– início do recebimento/amortização – ciclo tarifário 21/22 – início do recebimento em junho de 2021 pelo prazo da Portaria 120, até junho de 2025.

Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP até 31 de dezembro de 2019.

Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP		
	CTEEP	Partic. 0,658%
Patrimônio Líquido 31/12/19	11.794.319	77.607
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(1.575.059)	(10.368)
Saldo ajustado em 31/12/19	10.219.260	67.239

II.1 Investida Eletronet

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos Ltda. Sendo a Eletropar acionista minoritária, representando as Cedentes, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003, foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

No dia 07 de abril de 2016, após o cumprimento, pela então síndica da massa falida, das obrigações estabelecidas na sentença de levantamento da falência, foi entregue a chave da empresa para os novos administradores eleitos pelos acionistas.

Após assumir a companhia, os administradores empenhados no sentido de reverter a sua situação financeira e operacional vem adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

Atualmente a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A renovação dos contratos ECE-1165/99 e ECE-1166/99 é fundamental para a continuidade normal das operações da Eletronet, bem como, para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

No dia 27 de fevereiro de 2020, foram aprovadas pela administração da Eletronet as demonstrações contábeis do exercício de 2019. O relatório do auditor independente consta parágrafo de ênfase sobre a continuidade das operações.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) da Eletronet, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	Capital Social	Lucro (Prejuízos) acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo em 31/12/18	321.387	(497.536)	123.590	(52.559)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	8.918	(8.918)	-
IR e CSLL s/ ajuste de Aval. Patrim.	-	(3.032)	3.032	-
Lucro líquido do exercício	-	5.077	-	5.077
Saldos em 31/12/19	321.387	(486.573)	117.704	(47.482)

Foram realizados ajustes na Demonstração do Patrimônio Líquido da Investida para fins de adequação às políticas e práticas contábeis da Eletropar, conforme abaixo:

- 1) Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes. Desta forma, não estamos considerando o efeito líquido desse registro de diminuição do passivo a descoberto da investida em R\$ 117.704, sendo R\$ 135.360 relativos ao exercício de 2016, amortização em 2017 no montante de R\$ 5.885, em 2018 no montante de R\$ 5.885 e em 2019 no montante de R\$ 5.886;
- 2) Ressalva do auditor independente referente Provisão de imposto de renda e contribuição social, no valor negativo de R\$ 15.448.

Adicionalmente, informamos que conforme a incerteza da continuidade operacional da investida, reportada em relatório de auditoria das demonstrações financeiras da Eletronet, com parágrafo de ênfase, emitido em 27 de fevereiro de 2020, a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido (passivo a descoberto) e prejuízo antes dos impostos. Os planos da administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do plano de reestruturação presente no plano diretor, que inclui a renovação do contrato de concessão para utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobras, do acordo de acionistas e da adesão ao Plano

Especial de Regularização Tributária – PERT, em conformidade com a Lei nº 13.496/17.

Considerando os ajustes apresentados acima, a posição da Eletropar na investida está demonstrada abaixo:

Participação da Eletropar no PL Ajustado da Eletronet

	Eletronet	Partic. 49%
Patrimônio Líquido 31/12/19	(47.482)	(23.266)
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(133.152)	(65.244)
Saldo ajustado em 31/12/19	(180.634)	(88.510)

Como a Eletronet é uma coligada da Eletropar, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com o item 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do exercício da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a Eletropar não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do acordo de acionista), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

II.2 Ativo e Passivo Coligadas, de acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelas Companhias

31/12/2019						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,66	95.867	18.922.944	1.062.512	6.161.980	11.794.319
EMAE	1,42	77.804	1.348.898	-	436.477	990.225
Eletronet	49,00	300.249	46.899	-	394.630	(47.482)

31/12/2018						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,66	43.549	17.742.978	1.221.293	5.496.587	11.068.647
EMAE	1,42	72.957	1.185.453	-	389.555	868.855
Eletronet	49,00	299.248	35.459	2.956	384.310	(52.559)

II.3 Resultado Coligadas, de acordo com as demonstrações financeiras emitidas pelas Companhias

31/12/2019						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	2.617.843	416.240	(599.248)	(344.718)	1.762.631	18.603
EMAE	405.996	94.899	(1.545)	(29.474)	92.636	(1.674)
Eletronet	111.125	2.313	(18.027)	3.032	5.077	(21.671)

31/12/2018						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	2.750.621	332.301	(468.926)	(454.828)	1.881.668	8.347
EMAE	285.819	92.580	(4.845)	19.557	101.517	(1.378)
Eletronet	99.192	1.321	(29.527)	3.032	(14.141)	(19.567)

III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	31/12/2019	31/12/2018
Avaliados ao valor justo	60.051	36.408
Avaliados por equivalência patrimonial	81.494	85.706
	141.545	122.114

NOTA 11– CONTAS A PAGAR

	31/12/2019	31/12/2018
PARTES RELACIONADAS	42.911	31.885
ELETROBRAS	1.538	1.345
Cedentes*	41.373	30.540
TERCEIROS	288	153
TOTAL	43.199	32.038
CIRCULANTE	19.870	10.981
NÃO CIRCULANTE	23.329	21.057

*Item descrito na nota explicativa de nº 8.

NOTA 12 – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRA

O resultado com operações financeiras é composto pelas receitas com recursos disponíveis e aplicados nos Fundos Extramercados do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, receitas com a correção dos valores a receber da Eletronet deduzidas das despesas financeiras de correção de dividendos, correção dos valores a pagar para as Cedentes, referente ao negócio Eletronet e das despesas com juros e multas.

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras	5.822	6.982
Aplicações Financeiras	5.815	6.908
Juros Ativos	7	74
Despesas Financeiras	(1.205)	(1.236)
Correção Selic Dividendos	(513)	(870)
Correção Passivos Cedentes	(657)	(329)
Juros e Multas Passivas	(35)	(37)
	4.617	5.746

NOTA 13 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social**

Os tributos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	(1.147)	14.789
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	(390)	5.028
Efeitos de adições e (exclusões):		
Equivalência patrimonial e dividendos	(760)	(5.601)
Provisão/ (Reversão) Crédito Eletronet	773	883
Juros s/ capital próprio Coligadas	1.639	1.424
Provisão/ (Reversão) riscos trabalhistas	-	(102)
Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	-	-
Saldo Negativo acumulado	-	-
Outros	(24)	(19)
	<u>1.628</u>	<u>(3.415)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	1.238	1.613
Alíquota efetiva	<u>207,93%</u>	<u>10,91%</u>

II – Tributos e Contribuições Sociais

Segue abaixo composição dos valores a pagar:

	31/12/19	31/12/18
PIS/PASEP	29	96
COFINS	140	446
Retenções Fonte (Lei 10.803/03)	10	9
ISS Retido	-	3
Encargos Sociais	43	46
CSLL	313	460
	535	1.060

III – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto

sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Saldo em 31/12/2018	5.417
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	6.430
Saldo em 31/12/2019	11.847
Saldo em 31/12/2017	4.408
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	1.009
Saldo em 31/12/2018	5.417

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2019 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
Eletrobras	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.503	1.915.985	16,29
	28.504.119	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 14,99 por ação (R\$ 15,93 por ação, em 31 de dezembro de 2018).

II - Remuneração aos acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração

mínima para ações, respectivamente, do capital social relativo a esta espécie e classe de ações.

A Companhia, ao longo dos últimos anos, tem proposto a distribuição de dividendos equivalentes a 100% (cem por cento) do lucro líquido ajustado do exercício. O Estatuto Social da Eletropar, prevê em seu Art. 21, inciso XX, que é competência do Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável.

No exercício de 2019, a companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 2.385. Deste modo, não serão declarados dividendos a pagar com base na apuração do resultado do exercício.

Tendo em vista a apuração de prejuízo no exercício de 2019 e o art. 189, parágrafo único, da Lei 6.404/76, onde estabelece que o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem, propõe-se a realização de parte da reserva de lucros a realizar, com vista a absorção do prejuízo do exercício.

Item 1 – Apuração do Lucro/(Prejuízo) Acumulado

Prejuízo Líquido do Exercício	(2.385)
(+) Dividendos Prescritos	82
	<hr/>
(=) Lucro/(Prejuízo) Acumulado	(2.303)
	<hr/>

Item 2 – Realização de Reservas de Lucros a Realizar

Reserva de Lucros a Realizar	17.093
(-) Realiz. Reserva – Absorção de Prej. Acumulado	(2.303)
	<hr/>
(=) Reserva de Lucros a Realizar	14.790
	<hr/>

III – Ajustes de avaliação patrimonial

Os investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa, são mensurados ao valor justo com os ganhos e perdas oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos em outros resultados abrangentes, na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquidos dos efeitos tributários.

Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada será transferido dentro do Patrimônio Líquido (da rubrica “Outros Resultados Abrangentes” para “Lucros ou Prejuízos Acumulados”).

Abaixo apresentamos a composição dos valores classificados em "Ajustes de avaliação patrimonial", demonstrando a baixa do valor de R\$ 17.372 referente a alienação das ações da Eletropaulo em 2019.

	31/12/2019	31/12/2018
Mens. a valor justo de at. Financ. ao VJORA(*)	22.996	10.513
EDP Energia	19.334	10.154
Light	3.662	359
Ajuste – ORA – reflexo de coligada	185	(342)
CTEEP	58	335
EMAE	127	(677)
	23.181	10.171

(*) Valores líquidos de IRPJ/CSLL

NOTA 15 – LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

01/01/2019 a 31/12/2019

Numerador	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	(2.385)	(2.385)
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações	11.765	11.765
% de ações em relação ao total	100%	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>(0,20271)</u>	<u>(0,20271)</u>

01/01/2018 a 31/12/2018

Numerador	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	13.176	13.176
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações	11.765	11.765
% de ações em relação ao total	100%	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>1,11999</u>	<u>1,11999</u>

NOTA 16 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO		
Contas a pagar		
- Eletrobras ³	1.538	1.344
	1.538	1.344
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	2.314	2.043
Aluguel	169	149
Limpeza e Conservação	25	28
Cópias	18	19
Energia	10	20
Telefone	13	13
Auditoria Externa	17	9
	2.566	2.281

³Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre Eletrobras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infraestrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldo decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletrobras.

II – Coligadas

CTEEP	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	6.554	13.632
Participação Societária	67.239	73.369
	73.793	87.001
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	(277)	482
	(277)	482
	31/12/2019	31/12/2018
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	10.772	14.025
Reversão Ajuste RBSE	(10.072)	-
	700	14.025
EMAE	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	201	420
Participação Societária	14.255	12.337
	14.456	12.757
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	805	(326)
	805	(326)
	31/12/2019	31/12/2018
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	1.314	1.442
	1.314	1.442

III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 8.

IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	1.032	991
Encargos Sociais	291	274
Benefícios	33	31
	1.356	1.296

NOTA 17 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia não possui processos com risco de desembolso futuro provável. No entanto, existem 3 processos possíveis que atua como solidária, sendo dois originais da Eletronet e um da Eletrobras. Somados os processos totalizam R\$759 mil.

NOTA 18 – Evento Subsequente

I – Recebimentos crédito Eletronet

No mês de janeiro de 2020, a Eletronet realizou o pagamento de R\$ 795 mil referente a apuração do direito de passagem do mês de dezembro de 2019, conforme Memorando de Entendimentos (MoU).

II – Recebimentos de Juros sobre Capital Próprio

No mês de fevereiro de 2020, a Eletropar recebeu o montante de R\$ 177 mil referente a Juros sobre Capital Próprio, declarados em dezembro de 2019, da investida EMAE.

III – Assinatura dos aditivos aos contratos ECE 1165/99 e ECE 1166/99.

Em 20 de fevereiro de 2020, após a anuência do Ministério da Economia, foram celebrados os aditivos aos contratos ECE 1165/99, entre a Eletropar e a Eletronet S.A., e os aditivos aos contratos ECE 1166/99 entre a Eletropar e as Cedentes (Furnas, Chesf, Eletronorte e CGT Eletrosul, antiga "Eletrosul").

Esses aditivos equacionaram as divergências entre a Eletropar e as Cedentes quantos aos valores de remuneração da cessão do direito de uso de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas e prorrogaram os contratos até agosto de 2039.

Além dos aditivos aos contratos, foram celebrados o instrumento particular de confissão de dívida entre a Eletronet e a Eletropar, o instrumento particular de confissão de dívida entre a Eletropar e as Cedentes e os termos aditivos ao acordo de acionistas da Eletronet.

Esses instrumentos contratuais possuem condições contratuais precedentes, suspensivas e resolutivas.

Com a celebração dos instrumentos de confissão de dívida, os valores reconhecidos, até o momento, no contas a receber da Eletronet, e no contas a pagar às cedentes, após o cumprimento das condições estipulados nos referidos instrumentos, passarão a ser o valor estipulado no instrumento e deixarão de ser divergentes.

IV – COVID 19.

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19).

A Companhia vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações, e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença.

Devido ao cenário atípico e de características potencialmente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Companhia. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar, assim como de quanto será a eventual redução da receita e nem a duração desta redução.

Oscar Alfredo Salomão Filho
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
*Diretor Financeiro, de Gestão e de
Relações com Investidores*

Glaucy Dourado dos Santos
Contadora
CRC-RJ 101.402/O-6

Conselho de Administração

Renata Leite Falcão
Presidente

Oscar Alfredo Salomão Filho
Conselheiro

Carlos Alberto Policaro
Conselheiro

Henrique Villa da Costa Ferreira
Conselheiro

Ana Claudia Amaral Ferreira Dutra
Conselheira

Conselho Fiscal

Cláudia Aparecida de Souza Trindade
Presidente

Luiz Manoel Claro Soares
Conselheiro

Raquel Mazal Krauss
Conselheiro